

RELATÓRIO SOBRE O ENSINO SUPERIOR

DO ESTADO DO CEARÁ

APRESENTADO APÓS A PESQUISA REALIZADA

POR

MARIA EULVIA NESSA DE CARVALHO.

1958-

Respondendo às perguntas que me fôram confiadas, em 9/5/58, pelo Prof. Joaquim Moreira de Sousa, como parte do Projeto FERR-7-DPE - 5/58, sobre "A Educação de Adultos", passo a informar, à vista das pesquisas feitas entre pessoas que lidam com este setor da educação, o resultado que consegui obter dos dados colhidos.

Antes, porém, convém dizer o que entendo por Educação de Adultos, a fim de fixar o campo das minhas pesquisas.

A Educação de Adultos, também conhecida por Educação Supletiva, são cursos de nível elementar de dois a cinco anos, destinados a adolescentes e adultos analfabetos.

Passemos às indagações que me fôram pedidas em tórno deste momentoso assunto.

a) - Desde quando existe no Estado a educação de adultos?

No Ceará, existe a Educação de Adultos desde o ano de 1947, no governo de Dr. Faustino de Albuquerque, sendo Secretário de Educação e Saúde o Dr. Walmick Sampaio Albuquerque.

Surgiu com a criação de 1000 (mil) cadeiras, por lei do Governo Federal. Foi admitido na Função da TMM. (Tabela Numérica Mensalista) da Diretoria Geral - Ref. 18 com os vencimentos de Cr\$ 2.650,00 - o Pe. Leopoldo Fernandes como 1º Inspetor do Ensino Supletivo, a fim de / inspeccionar e supervisionar o novo setor.

Criava-se, assim a Inspetoria do Ensino Supletivo. Depois, foi o Pe. Leopoldo Fernandes substituído por Maria Deiva Leite e Silva, ficando até hoje como funcionário da referida Inspetoria, não se encontrando, entretanto, atualmente em exercício.

Seguiram-se como Inspetores do Ensino Supletivo: Pe. Otávio Mesquita, José Vieira da Rôbrega e Alberto Studart Filho (dentista).

Na gestão do novo governo, do Dr. Raul Barbosa, sendo Secretário de Educação e Saúde o Dr. Waldemar de Alcântara, foram designados: / Dr. Ary de Sá Cavalcante (advogado e professor); Dr. Francisco Vale (advogado); Dr. Dórian Sampaio (dentista, jornalista e professor).

No Governo do Dr. Paulo Sarasate, estiveram na função: Dr. Aldenor Nunes Freire (advogado), Dr. Fernando Jereissati (médico), Jairo // Martins Bastos (economista), Dr. Jorge de Oliveira Rodrigues (dentista) e Ernesto Matos Gurgel do Amaral (professor) que se acha presentemente em exercício desde 15/3/1958.

Obs. O Inspetor do Ensino Supletivo é designado mediante portaria do Smr. Secretário de Educação e Saúde para responder pelo Expe - diente.

O Inspetor é designado para responder por ser o cargo ocupado pela funcionária Maria Deiva Leite e Silva, fóra do exercício.

b - E, que época tomou maior incremento educação de adultos?

- Tomou maior incremento na gestão do Dr. Ary de Sá Cavalcante que esteve à frente da Inspeção de 1951 a 1954.

- As razões que colhemos para isto confirmar estão abaixo indicadas.

1º - O referido Inspetor fez completa reorganização no sistema de redistribuição ou localização dos Cursos de Educação de Adultos pelos diversos municípios, do Estado, tomando por base a população anual fabeta de cada município em face do Recenseamento Geral da República, de 1940.

2º - Imprimiu nova orientação à fiscalização do mencionado Curso até então feita por intermédio dos Inspectores Escolares do Ensino Primário Fundamental Comum. Passou essa incumbência para os Agentes de Estatística dos vários municípios, os quais ficaram com a atribuição de visar os boletins mensais, para efeito de pagamento às professoras na sede da Inspeção, em Fortaleza.

Deveriam os Agentes apresentar relatórios mensais das atividades escolares do seu Município.

3º - Houve uma distribuição equitativa dos livros de leitura, tomando-se por base o número de alunos matriculados em cada Curso.

4º - Pela eficiência e dedicação do trabalho, foi o único Inspetor que até então conseguiu máquinas de projeção fixa para exibição de films em todos os Centros.

Obteve também duplicação da verba administrativa para Cr\$.140,000,00, assim distribuída.

- a) - Representação com o Inspetor;
  - b) - Gratificação à funcionários;
  - c) - Transporte de material;
  - d) - Serviço Postal Telegráfico;
  - e) - Obtenção de material para auxiliar as crianças reconhecidamente pobres, matriculadas nos cursos;
  - f) - Combustível para iluminação;
  - g) - Pequeno auxílio de aluguel de prédios onde funcionavam os Cursos.
- c) - Qual o objetivo do Ensino Supletivo?

O Ensino Supletivo tem como objetivo a alfabetização de Adolescentes e Adultos desde a idade de (14) catorze anos. Na realidade, entretanto, são matriculados alunos de idade inferior a essa, de ambos os sexos, por tratar-se de domésticos, empregados de comércio e indústria que desejam instruir-se e não tem o dia disponível.

- d) - Programas -

Não existe programas especializados nem remetidos pelo Ministério de Educação e Cultura, nem elaborados pelo Estado por intermédio do setor encarregado do serviço, que é a Inspeção do Ensino Supletivo. Esta distribui, gratuitamente, a professoras e alunos: livros de leitura enviados pelo Ministério.

Vejam-os:

Maranduba - O primeiro e já esgotado;

Lêr - Para o 1º ano;

Saber - Para o 2º ano;

Aritmética para ambas as séries;

Guiamos da Criança e Alfabeto da Saúde - sobre preceito de higiene.

Situação atual.

É inteiramente caótica, não ha direção planificada, não se fixam objetivos nem se sabe para que existe o Serviço de Educação de Adultos.

1 - As aulas dos Cursos de Campanha de Educação de Adultos, que deveriam ter iniciado no dia (5) cinco de maio, não começaram até a presente data (21-5-1958).

A causa apontada é não haver sido assinado o Convênio para o corrente ano entre o Governo do Estado e o Ministério da Educação. O convênio de 1957, foi assinado somente em novembro do mesmo ano. As aulas / funcionaram de julho à novembro em 1957.

O acôrdo rezava contratar 358 professoras, cada com os vencimentos mensais de Cr\$565,00. Entretanto, passou a receber cada uma /// Cr\$350,00 mensalmente.

Com isto aumentou o número de professoras para 809 pagas pela verba Federal, além de 311 pagas pela Verba Estadual, com os mesmos vencimentos.

Número de professoras em 1957.

Focou reduzido o número de meses de aula para cinco meses em vez de (7) sete de maio à novembro.

O professorado que funcionou no ano de 1957, até o presente / momento, (21-5-58) não recebeu os seus vencimentos pagos pela verba Federal. A primeira parcela, relativa aos três meses correspondentes de julho, agosto e setembro, foi despachada pelo Ministério, segundo telegramas recebidos pelo penúltimo Inspetor.

Entretanto, até a presente data (21-5-58), nenhuma quantia chegou.

A causa é inteiramente desconhecida.

C- Admissão das professoras -

As professoras são admitidas por interesse maior dos proprietários de fazendas, que contam assim com professor na sua propriedade para atender as solicitações de Escolas insuficientemente cobertas pela Escola Primária: Toda a eficiência que possa ser constatada para este Serviço se deve exclusivamente ao interesse particular que procura a designação da professora no sentido de que, em decorrência, haja algum rendimento. Entretanto, em nosso Estado praticamente são favorecidos apenas os Deputados que distribuem por seus municípios de colégio eleitoral e localizam onde convier a professora. (Vide quadro nº 6 de professoras // Município p/ municípios do Estado do Ceará, de 1951 a 1957).

Nível:- O convênio pede que na admissão de professoras para os Cursos de Educação de Adultos se observe a seguinte ordem:

Diplomadas, que possuam o Curso Ginasial ou pelo menos o Curso Primário completo.

Em nosso Estado, entretanto, não ha na política exigencia de nível. São admitidas professoras sem terem o necessário preparo.

h - Ligeira crítica -

A Educação de Adultos no Ceará está passando por uma de suas fases mais difíceis.

- A mudança constante de Inspetores (12) dose em (11) onze anos de existência de Inspetorias do Ensino Supletivo - Traz uma instabilidade de de Orientação altamente prejudicial ao serviço. Além disso, com exceção três (3) Inspetores, tratam-se em geral de pessoas desconhecedoras do assunto, escolhidas exclusivamente por prestígio político.

- Por essas razões, temos como consequência, quando não o desinteresse a falta de dedicação ao trabalho, e, sobretudo, a falta de planejamento do mesmo.

- Com as medidas que são sendo recomendadas pelo Serviço de Educação de Adultos do Ministério de Educação de Cultura, através do seu / setor de planejamento, como a realização de Seminários para a fixação / de objetivos, espera-se que esse serviço no Ceará, se dirijam para uma situação de maior ordem e de maior objetividade.

- Realizar-se-á entre os dias 26 e 30 de maio corrente, um Seminário de Educação de Adultos com os objetivos expostos no Plano de Atividades anexo a este.

I) - Sugestões:-

1 - Propiciar uma melhor formação do professorado para os Cursos de Alfabetização de Adultos, por:

a) - Organização de programas;

b) - Serviços de orientação do professorado;  
como ensinar  
para que estudar  
o que ensinar.

2 - Localização das cadeiras de acôrdo com o índice de analfabetismo existente na zona, eliminando, tanto quanto possível, interferência política.

3 - Para nomeação de professoras dos Cursos de Alfabetização de Adultos, fazer uma seleção por provas, dando por preferencia conforme estabelece o convênio:

diplomadas

com curso científico ou clássico

com curso ginasial

ou pelo menos com o curso primário completo

4 - Garantia do professorado nomeado por certo espaço de tempo: três (3) anos por exemplo.

5) - Intensificação do trabalho de fiscalização às escolas solicitando dos que desempenham esta função maior autenticidade nos relatórios.

6 - Campanha de propaganda através do rádio em comissões importantes afim de obter maior matrícula nos mesmos cursos.

QUADRO Nº 1

MATRÍCULA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

EM 1955 - 1956 - 1957

Anos	Total da matrícula	Matrícula masculina	Matrícula feminina
1955	15 849	8 868	6 981
1956	17 212	9 530	7 782
1957	16 790	9 426	7 364

QUADRO Nº 2

Nº de Cursos de Alfabetização de Adultos no Ceará de 1951 a 1957

Anos	Total	Capital	Interior
1951	987		
1952	1 004		
1953	1 051		
1954	1 035		
1955	850		
1956	929		
1957	809		



QUAIRO Nº 3

Nº DE CONCLUSÕES

Anos	Total
1951	16 509
1952	14 100
1953	7 280
1954	12 277
1955	15 849
1956	17 212
1957	18 908

QUADRO Nº 4

SITUAÇÃO ESTATÍSTICA DE PROFESSORES DE ALFABETIZAÇÃO DE

ADULTOS EXISTENTES EM 1957, NO ESTADO DO CEARÁ

	Total	Verba Federal	Verba Estadual
Capital	199	80	119
Interior	921	729	192
Total	1 120	809	1 120

Secretaria de Educação e Saúde  
Serviço de Educação de Adultos

I SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Plano das atividades

1958, maio

O I Seminário de Educação de Adultos, a ter lugar em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, entre os dias ~~26~~ e ~~30~~ de maio do corrente ano, deverá ser uma reunião de pessoas engajadas nos negócios da Educação de Adultos, quer no plano da administração, quer no plano das escolas, com os seguintes objetivos:

(a) reexaminar as atividades de Educação de Adultos até agora desenvolvidas no Estado, ponderando o seu rendimento pedagógico, a sua adequação às necessidades de desenvolvimento social e econômico das diversas áreas e os aspectos de sua escolaridade;

(b) verificar a possibilidade de planos para campanhas rápidas de Educação de Adultos, visando a uma alfabetização intensiva;

(c) tentar uma compreensão ampla dos problemas e dos propósitos da Educação de Adultos, incluindo, com ênfase, as relações que esse tipo de educação tem, na atual conjuntura estadual, com o seu desenvolvimento social e econômico, a melhoria crescente do bem-estar de suas populações e a fixação, em bases satisfatórias, do homem nas suas diversas regiões ecológicas.

#### Participação, local e horário

Deverão participar deste Seminário todas as pessoas que estejam trabalhando em Educação de Adultos, bastando apresentar-se credenciada por instituição que tenha, durante o ano de 1957, exercido atividades no setor.

Para melhor ordem nos trabalhos, só será aceito um representante de cada uma dessas instituições.

O local das reuniões será a sede do Centro de Estudos e Recreação do Magistério Primário do Ceará (CERMAPCE), à Rua Guilherme Rocha 1426. As sessões terão lugar pela manhã e à tarde, iniciando-se respectivamente às 9:00 e às 15:00 horas, sen

do que a sessão de encerramento se realizará às 9:00 horas do dia ~~30~~, com a presença das autoridades educacionais do Estado.

Temário proposto

O temário proposto neste plano para o seminário consta de três partes principais, subdivididas em diversos itens específicos, de certa forma já relacionados, implicitamente, nos objetivos inicialmente expostos.

Os trabalhos dos participantes do conclave, entretanto, poderão abranger um ou mais dos seguintes temas:

1. As atividades de Educação de Adultos no Ceará.
  - 1.1 A Educação de Adultos e o desenvolvimento econômico-social do Estado.
  - 1.2 Análise da taxa regional de escolaridade, nos cursos de Educação de Adultos; estímulos ao incremento dessa taxa.
  - 1.3 Análise das atividades de Educação de Adultos até agora desenvolvidas no Estado.
2. Administração da Educação de Adultos.
  - 2.1 O papel que cabe ao Governo.
  - 2.2 O papel que cabe aos particulares.
3. Métodos e processos de Educação de Adultos.
  - 3.1 Rendimento dos métodos atualmente adotados.
  - 3.2 Alguns processos recomendáveis à adoção, tendo em vista os qualificativos ecológicos regionais.
  - 3.3 A formação do professor para os trabalhos de Educação de Adultos.
4. Perspectivas do II Congresso Nacional de Educação de Adultos.
  - 4.1 O que deve ser levado ao Congresso como contribuição da experiência cearense.

Método de trabalho

O Seminário adotará o método de trabalho usual em reuniões desse tipo. A partir da abertura das inscrições até um dia antes do seu encerramento, a comissão diretora, composta do Inspetor do Serviço de Educação de Adultos, do Diretor Técnico de Educação e do Diretor de Fiscalização e Orientação do Ensino, estará recebendo as teses propostas. Essas teses serão mimeografadas a fim de que possam ser previamente estudadas por quantos participantes do Seminário tenham interesse no seu assunto. No dia marcado para o seu debate, serão feitas as inscrições dos interessados, realizando-se o debate com o autor, na forma de objeções e interpelações. O resultado dessa discussão, devidamente documentado por um secretário de debates, será anexado à tese para efeito de formulação final das conclusões do Seminário.

Relatório final

A comissão diretora do conclave elaborará um relatório final sobre o Seminário, apresentando um resumo das teses e dos debates, uma descrição sucinta das atividades e as conclusões a que o Seminário tiver chegado.

Secretaria de Educação e saúde

Serviço de Educação de Adultos

I SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Relatório Geral das Atividades

Maio, 1958

## I N D I C E

- I. Introdução: o que foi o Seminário
- II. Participantes
- III. Teses apresentadas
- IV. Os principais problemas
- V. As teses aprovadas



## I. Introdução: o que foi o Seminário

O I Seminário de Educação de Adultos, convocado pela Secretaria de Educação e Saúde, reuniu pessoas interessadas pelas atividades dêsse importante setor educacional supletivo, durante seis dias consecutivos, para um debate amplo dos seus problemas.

Nêsse sentido, foram obtidos, realmente, (a) uma revisão erítica das atividades de Educação de Adultos até agora desenvolvidas no Estado, examinando-lhe os principais defeitos e dificuldades, (b) indicações para um melhoramento progressivo dessas atividades, e (c) sugestões para serem levadas ao II Congresso Nacional de Educação de Adultos.

Os trabalhos se desenvolveram em regime de seminário, com as proposições dos diversos participantes sendo debatidas por todos os que tomavam parte nas reuniões, chegando-se, ao fim da discusão, a conclusões que contassem com o consenso geral. Assim, foi possível obter uma uniformidade de adesão às conclusões do Seminário sôbre cada um dos pontos estudados, o que é considerado por esta Comissão como de elevado interêsse para a formação de uma corrente de opinião em favor de melhoramento das atividades de Educação de Adultos em nosso Estado.

As sessões do Seminário, assistidas por altas autoridades educacionais e por ponderável número de professôres, foram acompanhadas com vivo interêsse pela imprensa local, realizando-se na séde do Centro de Estudos e Recreação do Magistério Primário Cearense (CERMAPCE), à Rua Guilherme Rocha nº 1426.

Houve, inicialmente, uma sessão de abertura do Seminário, durante a qual falaram aos presentes, quer explicando os objetivos do conclave, quer expondo sobre a importância do assunto tratado, o Sr. Mariano Martins, Secretario de Educação e Saúde, o Prof. Joaquim Moreira de Sousa, técnico do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o Prof. Lauro Oliveira Lima, Inspetor Seccional do Ministério da Educação, e os membros da Comissão Diretora Srs. Ernesto Gurgel do Amaral, Inspetor do Serviço de Educação de Adultos no Ceará, e Jairo Martins Bastos, Diretor Técnico da Secretaria de Educação e Saúde.

As quatro reuniões seguintes foram dedicadas ao debate das diversas proposições apresentadas, encerrando-se o conclave, solenemente, no dia 31 de maio.

Como atividades laterais, foram feitas visitas, pelos participantes do Seminário, à Inspetoria do Serviço de Educação de Adultos, na Secretaria de Educação e Saúde, assim como a diversas escolas mantidas pelo Estado, das quais vale destacar o Centro de Iniciação Profissional Anísio Teixeira, cujo corpo docente esteve presente, participando ativamente dos debates dos assuntos tratados. Os representantes das diversas escolas e instituições, da Capital e do Interior, foram reunidos, na noite do dia 31, num jantar de confraternização, durante o qual se fizeram ouvir o Inspetor do Serviço de Educação de Adultos, congratulando-se com os participantes do Seminário pelos resultados obtidos, e uma representante desses participantes, que discorreu sobre a necessidade de uma reação pela melhoria dos serviços de Educação de Adultos no Ceará.

II. Participantes

Além dos Srs. Mariano Martins, Secretario de Educação e Saúde, Joaquim Moreira de Sousa, técnico do INEP, Lauro Oliveira Lima, Inspetor Seccional do MEC, funcionários da Inspeção do Serviço de Educação de Adultos e os membros da Comissão Diretora do Seminário, foram inscritos quarenta professores que exerceram atividades nos diversos municípios durante o ano de 1957.

Eis a relação dos professores inscritos, dos quais o bteve o Seminário uma frequência satisfatória:

- 1- Aurí Bastos - Sede - Município - Baturité
- 2- Iracema Rodrigues Soeiro- Flamengo - Camocim
- 3-Anita Cruz Lima - Bairro S. Mateus - Canindé
- 4- Dalila Feijó Rocha - Paramotí - Canindé
- 5-Francisca Alzenira Moura - Sede - Caucaia
- 6-Maria Augusta de Araújo - Guararú - Caucaia
- 7-Alice Vasconcelos Vieira - Carrapateira - Crateús
- 8-Rosa Saraiva Oliveira - Sítio Ramalho - Crato
- 9-Maria Aldenir Alencar - Sede - Crato
- 10-Teresinha Soares Rodrigues - Santo Isidoro - Ipú
- 11-Lidia Carneiro de Barros - Aracatiara - Itapipoca
- 12-Francisco Soares da Silva - Icarai - Itapipoca
- 13-Amália Cândido de Lima - Cruz - Jaguaribe
- 14-Helena Moreira Ramos - Espinho - Juazeiro do Norte
- 15-Maria Aliete de Oliveira Lima - Sede - Limoeiro do Norte
- 16-Idelzuite Oliveira Soares - Maracanaú - Maranguape
- 17-Maria Isaura Frota Soares Pinto - Sede - Massapê
- 18-Elzanira Castelo Teixeira Mota - Sabonete - Mombaça

- 19-Luzia Raulino Castelo Branco - Sede - Morada Nova
- 20-Laura Nogueira de Queiroz - Itaipaba - Pacajús
- 21-Florinda Nogueira Feijó - Guaiuba - Pacatuba
- 22-Maria Nogueira Holanda - Sede - Pacotí
- 23-Maria Luisa de Carvalho - Jardim - Paracurú
- 24-Cléa Campêlo Vieira - General Sampaio - Pentecoste
- 25-Maria Alvany Queiroz Diogenes - Coutinho - Pereiro
- 26-Nenen Terceiro Costa - Sede Quixadá
- 27-Antonia Paiva Camêlo - Casa Paroquial - Quixeramobim
- 28-Maria Maciel Albuquerque - Guassí - Redenção
- 29-Maria Menezes Nunes - Barreiras - Redenção
- 30-Carmélia Ximenes Carvalho - Poço Vermelho - Santa Quitéria
- 31-Yolanda Martins Sindeaux - Sede - Senador Pompeu
- 32-Raimundo Pereira Silva - Sede - Sobral
- 33-Maria Guiomar Mélo - Sede - Tamboril
- 34-Luisa Benevides Castelo - Sede - Tauá
- 35-Apolonio Ferreira de Aguiar - Sede - Tianguá
- 36-Joaquim Fernandes Carvalho Sousa -Esc.Prof. D. Bôsko- Fortaleza
- 37-Benedita Magalhães Sousa - Grupo Esc. Clovis Bevilaqua-Fortaleza
- 38~Hildes Pinheiro Nogueira - Grupo Esc. Presidente Roosevelt-Fortaleza
- 39-Humberto de Aguiar Flores -Sindicato do Cortume- Fortaleza
- 40-Ricelli Amorim - Grupo Esc. Juvenal Galeno- Fortaleza

### III. Teses apresentadas

O número de teses apresentadas foi relativamente pequeno. Atendendo a uma indicação a Comissão Diretora, os participantes do Seminário redigiram suas teses na forma de indicações justificadas.

cadadas, contendo (a) a proposição feita e (b) os motivos que apoiavam essa proposição.

Assim, foram apresentadas ao Seminário dez teses, abrangendo os seguintes assuntos:

1 - Necessidade da federalização do Serviço de Educação de Adultos, como meio de corrigir defeitos da administração em âmbito estadual.

2 - Formação de comissões municipais de Educação de Adultos para distribuição dos cursos e escolha dos regentes desses cursos.

3 - Proposta de cursos para formação de professores de Adultos, como forma de melhorar a qualidade do corpo docente de DEA.

4 - Regulamentação estadual dos serviços objetivando disciplinar os trabalhos gerais do setor.

5 - Maior adequação dos serviços de Educação de Adultos às implicações do desenvolvimento econômico regional.

6 - Campanha de propaganda visando à elevação da taxa de escolaridade, referentemente aos cursos de Educação de Adultos.

7 - Incentivos a que os particulares participem dos trabalhos de Educação de Adultos, juntamente com o Governo.

8 - Programas de Educação de Adultos para grandes grupos de assistentes.

9 - Ampliação do currículo dos cursos de Educação de Adultos, para inclusão de noções que visem a uma melhor integração do homem no meio em que vive.

10 - Fiscalização rigorosa dos cursos como uma manei-

ra de eliminar a inautenticidade dos relatórios apresentados em boletins.

Além dessas teses, inúmeras idéias surgiram durante os debates, sendo anotadas aquelas que conseguiram aprovação do Seminário para aproveitamento na forma de indicações ao Serviço de Educação de Adultos em nosso Estado.

#### IV. Os principais problemas

O I Seminário de Educação de Adultos examinou inicialmente, a situação atual das atividades de Educação de Adultos no Estado. Isso foi feito através de um relato pela funcionária do SEA D. Maria Odila Soares; os participantes do Seminário conviram que a melhor maneira de sair dessa situação absolutamente má para uma situação em que as atividades obtivessem algum rendimento seria a de atacar frontalmente os principais problemas que afligem e dificultam, agora, o exercício das suas atividades.

Os principais problemas encontrados pelo Seminário na apreciação dos trabalhos de Educação de Adultos no Ceará foram os seguintes:

- 1 - Má localização dos cursos nos diversos municípios cearenses, inclusive na Capital.
- 2 - Má escolha do corpo docente, encontrando-se o extremo de registrar-se professores inteiramente analfabetos.
- 3 - Falta de autenticidade nos boletins e relatórios sobre os cursos resultante de fiscalização deficiente.

#### V. As teses aprovadas

Tendo em vista esses três itens principais referidos como problemas que interferem nos serviços de Educação de Adultos, os participantes aprovaram as indicações e teses que traziam contribuição para o seu afastamento.

Assim, aprovou-se a tese que recomendava a formação de comissões municipais de Educação de Adultos compostas pelo Vigário pelo Juiz de Direito, pela Diretora do grupo escolar e pelo Agente municipal de Estatística, através das quais fossem feitas (a) a localização dos cursos de acordo com o conhecimento das necessidades locais e (b) uma primeira triagem do corpo docente que deveria ser nomeado para regencia desses cursos.

O mecanismo de instalação de cursos e nomeação de professores funcionaria, de acordo com o conjunto de teses e indicações aprovada, da seguinte maneira:

1 - Essas comissões municipais, designadas pela Inspetoria do Serviço de Educação de Adultos, receberiam formulários para preenchimento por parte das candidatas às vagas destinadas a cada um dos municípios, escolhendo aquelas que estivessem em nível de habilitação satisfatório.

2 - Os formulários seriam estudados pela Inspetoria do Serviço de Educação de Adultos, a qual recomendaria ao Secretário de Educação e Saúde a nomeação daqueles candidatos que apresentassem em mais elevado nível de habilitação.

3 - As comissões municipais teriam, a seu encargo, as tarefas de fiscalização dos cursos, no que diz respeito ao seu funcionamento e à autenticidade de seus relatórios mensais, zelando, assim, pelo melhor rendimento das unidades instaladas nos seus municípios.

Como essa proposição não afastaria outro problema julgado por todos como grandemente importante, que é o da formação de professorado, o Seminário julgou por bem aprovar também as indicações que foram feitas no sentido da instalação de programas de formação de professores de adultos naquelas regiões onde a incidência do analfabetismo seja mais grave. A justificação dessa necessidade se fez alegando-se que essas regiões exigem um rendimento mais alto dos cursos, o que só pode ser alcançado tendo-se, ao lado das medidas contidas na ideia das comissões municipais, um corpo docente mais eficiente e mais habilitado nessas tarefas especializadas de educar supletivamente a adultos analfabetos.

Por fim, outro conjunto de indicações e teses mereceu aprovação do Seminário. Foi o que diz respeito a Campanha de Alfabetização em massa, como tem sido feito em vários países com êxito plenamente satisfatório. Como essas Campanhas exigem material e equipamento dificilmente encontrável à disposição do Governo do Estado, tais como aparelhos cinematográficos, elementos audi-visuais etc., o Seminário decidiu levar a ideia até ao II Congresso Nacional de Educação de Adultos, como uma sugestão para Campanhas do Serviço em plano federal.

As outras ideias, contidas nas diversas teses e proposições apresentadas, foram transformadas em sugestões à Inspeção do Serviço de Educação de Adultos, no Ceará.



T E S E :

" UM SISTEMA NOVO DE ADMINISTRAÇÃO DA  
CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS PA-  
RA O BRASIL "

AUTOR: LAURO DE OLIVEIRA LIMA  
INSPETOR SECCIONAL DE FORTALEZA

--.CORRESPONDE NO TEMÁRIO AOS ITENS: 1.2, 1.3 e 1.4 -

PROPOSIÇÕES CENTRAIS

1. NUMA DEMOCRACIA DEVE O GOVÊNRO CENTRAL CONFIAR NO  
"HOMEM COMUM".
2. OS GRUPOS SOCIAIS NATURAIS E HISTÓRICOS DEVEM CO-  
LABORAR COM O GOVÊNRO NA ADMINISTRAÇÃO DA COISA  
PÚBLICA.
3. A EDUCAÇÃO É UM PROBLEMA LOCAL, QUE NÃO DEVE SER  
ADMINISTRADO DE CÚPULA.
4. DEVE-SE APRESENTAR AS FORÇAS DOS GRUPOS SOCIAIS  
NA ADMINISTRAÇÃO DA CAMPANHA PARA FAZER FACE À  
MALÉFICA INFLUÊNCIA POLÍTICA.
5. EM CADA LOCALIDADE DO PAÍS DEVE-SE CONSTITUIR UM  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CAMPANHA COM OS ELE-  
MENTOS REPRESENTATIVOS DA COMUNIDADE.

1. Aplicação dos critérios expostos à CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

- a. Considerando que a situação da campanha em alguns estados é simplesmente lamentável.
- b. Considerando que não possui o M.E.C. e muitos estados da federação uma máquina de fiscalização tipo tradicional equipada para garantir, pelo menos, os aspectos exteriores da estrutura da campanha.
- c. Considerando que os educadores brasileiros vêm há muito tempo solicitando uma acelerada e progressiva descentralização dos serviços.
- d. Considerando que há exemplos de que os órgãos sociais sabem e podem dar contribuição valiosa ao poder público quando são investidos de poderes reais de influir.
- e. Considerando que a influência política na Campanha é um fenômeno de caráter social explicável pelo meio.
- f. Considerando que só uma força social poderosa poderá antepôr-se à poderosa influência política.
- g. Considerando que democracia é a crença na possibilidade de o próprio povo se auto governar.
- h. Considerando que os órgãos naturais devem participar do governo numa verdadeira democracia.
- i. Considerando que uma "campanha", por definição, deve contar com a participação de todos os órgãos vivos da sociedade para ter êxito.
- j. Considerando-se que os órgãos sociais deixam de participar da administração porque não sentem que nela estão realmente representados.
- l. Considerando que é uma FORMA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS PARA A DEMOCRACIA fazer os elementos representativos da sociedade participar das deliberações do poder público.
- m. Considerando que só sente responsabilidade na "fiscalização" o órgão que participou da "deliberação".
- n. Considerando que a administração centralizada tende retirar a responsabilidade imediata nos agentes intermediários que atribuem as falhas de serviço a um órgão distante e abstrato sob o qual nenhuma influência pode ter.
- o. Considerando que a entrega do serviço simplesmente às Secre-

tarias de Educação não configura a "descentralização", pelo contrário confirma o sentido arbitrário pessoal já que o ser viço perde o caráter do contrôle dos órgãos gerais de fiscalização.

- p. Considerando que há uma elite nacional isolada da administração do país ansiosa por participar da condução dos empreendimentos públicos.
- q. Considerando que o serviço de educação de adultos ser uma campanha com caráter flexível dá ao poder público a oportunidade única de experimentar a forma de descentralização que os teóricos defendem para a educação brasileira.
- r. Considerando que a experiência de dez anos, em certas regiões, aconselham uma mudança radical no processo de administração da campanha.

## 2. PROPÕE-SE A ÊSTE CONGRESSO:

- a. Que a Campanha seja administrada em todos os seus graus por órgãos Colegiados.
- b. Que haja um órgão central (nacional), órgãos regionais (independentes da divisão política do país) e órgãos municipais e distritais.
- c. Que a êstes órgãos sejam dados PODERES REAIS de deliberação em todos os seus graus.
- d. Que a interferência da administração seja feita somente em forma de ASSISTÊNCIA TÉCNICA.
- e. Que os recursos sejam postos à disposição dêstes órgãos diretamente que lhe aplicará dentro das condições locais.
- f. Que seja preparada uma EQUIPE DE SUSTENTAÇÃO da Campanha em forma de técnicos para darem assistência aos órgãos locais.
- g. Que a experiência adquirida em cada região do país seja continuamente transmitida através de publicações, seminários e congressos.
- h. Que haja "bureau central de informação" destinado à divulgação dos resultados obtidos em cada zona.
- i. Que se crie uma série de compensações sociais para os que participarem dos órgãos de administração da Campanha.
- j. Que sejam entrozados na Campanha os órgãos federais regionais como os Delegados de Saúde e as Inspetorias Seccionais.

- l. Que os recursos distribuídos, o número e localização das escolas seja objeto de ampla divulgação para receber a fiscalização do povo.
- m. Que haja tanta preocupação na preparação técnica do professor quanto na Campanha em si mesma.
- n. Que no fim de cada período letivo sejam reunidos em seminários regionais todos os participantes da Campanha.
- o. Que se utilizem os inspetores federais de ensino como elementos de ligação e como base de sistema puramente administrativo.
- p. Que se de cunho de festa coletiva à solenidade de instalação e encerramento das atividades escolares para chamar a atenção do povo para os trabalhos da Campanha.
- q. Que haja uma variação de salário dos professores em função de sua habilitação para determinar a necessidade de seleção ou análise de pessoal recrutado para a Campanha.
- r. Que os agentes de estatística sejam convidados a colaborar na fiscalização da frequência, cabendo a eles atestar o funcionamento regular das escolas e cursos.
- s. Que haja várias etapas sucessivas de integração de analfabeto em graus de extensão da Campanha de modo a alcançar os objetivos de EDUCAÇÃO.
- t. Que os órgãos regionais e locais tenham poderes de celebrar convênios com entidades locais para realizar os objetivos da Campanha.
- u. Que se proíba a participação nos órgãos de administração da Campanha de políticos militantes.
- v. Que se determine os grupos sociais naturais existentes em cada região e os componentes da elite local atuante para a escolha dos membros constitutivos dos órgãos de administração de Campanha.

3. Sugestões para recrutamento dos elementos constitutivos dos órgãos locais

a. Órgãos municipais:

1. A paróquia. 2. O Clube recrutativo. 3. As associações profissionais. 4. As cooperativas. 5. As associações religiosas. 6. A associação comercial. 7. O Rotary Club. 8. O

Lion's Club. 9. Associações Educacionais. 10. As instituições culturais (academias). 11. Associações caixeral, etc. etc. etc.

b. A elite municipal:

1. O vigário. 2. O juiz. 3. O promotor. 4. O médico. 5. O farmacêutico. 6. O bancário. 7. O comerciante. 8. O coletor. 9. A diretora do grupo escolar. 10. O telegrafista. 11. O chefe de estação. 12. O dono da irradiador. 13. O dentista. 14. O advogado. 15. O prefeito. 16. O presidente da Câmara. 17. O diretor do ginásio. 18. Os professores. 19. Os vereadores. 20. O agente de estatística. 21. O agente da campanha aérea. 22. O proprietário da fábrica. etc. etc. etc.

c. Órgãos regionais

1. A Câmara. 2. O tribunal. 3. A Universidade ou faculdade. 4. O presidente dos sindicatos. 5. O presidente da FAREC. 6. O presidente da Facic. 7. Associação Comercial. 8. Centro de Exportadores. 9. União das Classes Produtoras. 10. Federação das Indústrias. 11. Federação do Comércio. 12. Junta de Julgamento. 13. Senac. Senai. Sesc. sesi. 14. Presidentes de Bancos. 15. Associação de Imprensa. 16. Associação de radiolistas. 17. Rotary e Lion's. 18. Clubes Recreativos. 19. Jockey Club. 20. Os diretores de estabelecimentos de ensino. 21. Os órgãos estudantis dos três graus. 22. O centro médico. 23. Ordem dos advogados. 24. Clubes e associações de classe. 25. Chefes de serviços federais. 26. Os chefes de serviços estudantis. 27. Os comandantes das corporações militares. etc. etc.

d. Órgão nacional

1. Representantes de todos os serviços do M.E.C.. 2. Representantes de todos os Ministérios. 3. Representantes das autarquias. etc. etc. etc. (As instruções da Campanha já trazem longa lista de órgãos).

4. Conclusão

Que tôdas as fôrças sociais atuantes no momento sejam convocadas não só para opinar, mas para influir e deliberar.

II CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS

COORDENAÇÃO DE ESFORÇOS PÚBLICOS E PARTICULARES  
EM TÔRNO DA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Tese:

Prof. Lauro de Oliveira Lima

Insp. Seccional de Fortaleza - Ceará

II CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS  
"COORDENAÇÃO DE ESFORÇOS PÚBLICOS E PARTICULARES EM TORNO DA ALFA  
BETIZAÇÃO DE ADULTOS"

Tese de Lauro de Oliveira Lima, Insp. Seccional de Fortaleza - Ceará.

1. Preâmbulo:- Qualquer observação crítica que se faça neste trabalho não tem sentido polêmico, nem visa pessoas ou governos. Pretende-se, simplesmente analisar uma situação para estudo de soluções adequadas. Realmente, são muito complexos os fatores que influenciam os fenômenos sociais e políticos e não somos tão simplistas a ponto de atribuir os defeitos de organização simplesmente a pessoas que eventualmente tenham passado pelos postos administrativos. Pelo contrário, percebe-se a amarga decepção dos administradores que nada podem ou conseguem fazer diante do complexo social e político que invalida toda tentativa séria de organização e isenção.
2. Depois de dez anos:- Nenhuma marca ponderável deixou a Campanha de Alfabetização nos seus primeiros dez anos de atuação pelo menos no Estado do Ceará, zona sobre a qual posso depôr com conhecimento de causa. Participando de todos os movimentos educacionais do Estado nos últimos anos, membro do Conselho de Educação e professor do Instituto de Educação, Inspetor Seccional do Ensino Secundário, tenho tido ampla oportunidade de, em todo o Estado, observar os efeitos da Campanha de um ângulo absolutamente neutro. Basta saber que até esta data, -16 de junho- o professorado não recebeu seus vencimentos referentes ao ano passado, não foi ainda celebrado o convênio para 1958, não estão planejadas as atividades para o corrente ano. Apesar disto, a opinião pública, a imprensa, o rádio e os órgãos administrativos não estão, absolutamente preocupados e não sente o meio social qualquer diferença. Não há ninguém reclamando o funcionamento das escolas, o pagamento dos professores.
3. O que é a alfabetização de adultos no Ceará:- Creio que por falta de contacto e elementos de fiscalização do órgão estadual que controla o serviço de Educação de Adultos, nenhuma fé merecem os relatórios apresentados, que não correspondem à realidade, até onde ela pode ser observada de fora para dentro, por quem não está propriamente dentro do serviço. Realmente pode-se dizer que:
  - a) Não se pode garantir que existam em funcionamento as classes que figuram nos relatórios. Não há nenhum meio de verificar este fato básico e elementar.

- b) Não se pode garantir que existam nas classes os alunos que constam dos boletins. Ninguém jamais fez esta verificação, mesmo porque o Estado não dispõe de pessoal suficiente.
- c) É provável, e pode-se até afirmar através de ligeira pesquisa, muito restrita, que as classes, geralmente não são de ADULTOS, dada mesmo a absoluta carência de escolas primárias para as crianças. Assim, o sistema quase não se distingue da rede normal de ensino primário do Estado.
- d) Não se pôde garantir que as pessoas que recebem como professores do Serviço de Educação de Adultos são realmente professores de escolas de alfabetização.
- e) Jamais houve qualquer preocupação de selecionar os professores. Existe no Estado quase 4.000 professoras públicas. Quase nenhuma foi aproveitada como professora das classes de alfabetização. O Estado possui vasta rede de escolas normais, de modo que são inumeráveis as jovens diplomadas que não possuem cadeiras. Estas pessoas jamais tiveram preferência para reger as classes de alfabetização. Jámais se convocou publicamente pessoas, medianamente habilitadas para regerem as classes. O critério de escolha do magistério é absolutamente político e recai, por vezes (digamos, geralmente) em pessoas inteiramente inaptas para a função, por mais rudimentar que seja o preparo exigido.
- f) Grande parte do magistério da Campanha não sabe sequer preencher os boletins, pagando geralmente pequena soma aos agentes de estatística para fazê-lo, com dados cerebrinos.
- h) A soma insignificante que se atribui ao trabalho do magistério, apesar da pobreza reinante no meio cearense afasta qualquer possibilidade de concorrência ou de crítica do sistema pelas forças sociais.
- i) O povo em geral não sentiu que existe em funcionamento uma campanha de alfabetização de adultos. Os próprios cartazes da campanha não são utilizados.
- j) O material da campanha dispersa-se com o destino mais variado ou fica acumulado nos depósitos por falta de meios de distribuição.



- k) Há muita instabilidade no pessoal da administração da Campanha, por motivos políticos, de modo que não existe continuidade administrativa. O inspetor, por vêzes, não tem sequer tempo de tomar contacto com o problema.
- l) A propaganda da Campanha na imprensa e rádio - quando é feita - tem caráter puramente lírico. Ex: "Auxilie a Campanha de Alfabetização de Adultos"...
- m) O Serviço de Educação de Adultos estiola-se como um apêndice -- abandonado do órgão geral de administração sentindo-se que não há uma "mística" criada em torno do problema.
- n) As instruções e cláusulas do convênio com o M.E.C. são letra morta e, geralmente, desconhecidas. Nunca foram divulgadas pela imprensa, nunca chegaram ao conhecimento do público.
- o) Nenhum órgão público ou particular, instituição, instituto, sindicato ou associação foi jamais convidado a participar da Campanha. Realmente não existe "campanha", senão um serviço como outro qualquer dentro da máquina burocrática.
- p) Nenhuma preocupação existe - nem para isto há pessoal adequado - com "educação" reduzindo-se o pouco que existe à simples e elementar alfabetização.
- q) Nenhuma conexão tem o serviço com as necessidades ambientais ou com os problemas sociais da região.
- r) Os Centros de Iniciação Profissional quase se extinguiram.

#### 4. Causas prováveis do mal:-

- a) A própria forma como foi lançada nos Estados a Campanha: um convênio celebrado no Rio sem nenhuma preparação local. Não foi preparada uma equipe básica para sustentar o serviço. Não houve orientação direta, não houve fiscalização. Não foram preparados elementos de orientação para o serviço, para o professorado. Perdeu-se cedo o contacto com o órgão central da Campanha.
- b) O meio social não foi preparado para receber a Campanha. Não havia, aliás receptividade, porque na forma de "alfabetização" em que foi lançada não convenceu o povo de sua necessidade.
- c) Os efeitos dos primeiros resultados não se fizeram sentir. Ninguém melhorou de vida por que foi alfabetizado. E onde não aparece o incentivo da melhoria econômica desaparece o entusiasmo inicial das esperanças criadas.
- d) O salário irrisório - mesmo numa região de fome endêmica como o Ceará - afastou os melhores elementos deixando-a entregue aos próprios analfabetos, que servem atualmente de professores. A própria letra da assinatura dos boletins revela que os professores estariam melhor como alunos da Campanha da Alfabetização.
- e) Nenhum recurso moderno de contacto com a população foi utilizado (cinema, projetores, cartazes, recursos audio-visuais, missões, etc.)

f) Não se utilizaram os órgãos pre-existentes do organismo social, restringindo-se a um serviço anexo às Secretarias de Educação.

5. Mas, o GRANDE MAL:-

Mas, o grande mal, já tantas vezes proclamado ao País é a interferência política em sua forma mais perniciosa. Como se imagina que os diretores da Campanha não se tenha lembrado de, pelo menos esta Campanha, não ser "estatal" ? Quando se luta pela autonomia dos sistemas escolares das influências políticas, cria-se um setor novo e joga-se, simplesmente, dentro da máquina administrativa já viciada... A grande ocasião de inaugurar um regime de controle social para educação foi perdida na oportunidade do lançamento da Campanha de Alfabetização de Adultos.

6. Como se realiza esta interferência ?

Primeiro na escolha do professorado que é entregue, simplesmente, aos deputados que assim recompensam fidelidades eleitorais, sem o menor escrúpulo para a gravidade do problema. Segundo na localização das classes que obedece ao critério de prestígio do deputado da região, sem nenhuma correlação com a densidade da população, com o índice de alfabetização, e até, com o simples acesso material dos candidatos prováveis aos cursos. É lógico que o deputado não tem a mínima preocupação com o fato de os candidatos que apresentam para nomeação não terem a habilitação mais elementar para a função. Não importa também que o local para onde o professor "leva a cadeira" seja inteiramente inacessível à população escolarizável da zona. Finalmente, não importa a ele que o professor nomeado sequer se dê ao trabalho de reunir próprio um grupo de pessoas para justificar o recebimento do salário irrisório. O processo produz uma decomposição integral do organismo a ponto de se tornar irreconhecível.

7. Por que a interferência política no nordeste é tão intensa ?

Será que nossos políticos são mais desonestos, são menos responsáveis ? Creio que não. No Ceará, por ex. ninguém se animaria a administrar o Estado sem basear todo programa em verbas FEDERAIS. Os recursos do Estado são absorvidos inteiramente pelo funcionamento, de modo que todo trabalho de administração apoia-se nas verbas federais. Será, pois, melhor administrador quem mais poder tiver de carrear recursos federais para o Estado. Se isto é verdade do ponto de vista positivo, ainda o é mais do ponto de vista negativo. Os políticos não podem ALICIAR O ELEITORADO com os recursos estaduais. Se o fizessem prostariam a administração em pouco tempo. Daí o sentido de propriedade com que se apossam dos recursos de origem federal distribuídos pela União para os serviços regionais. O Estado, na zona do nordeste, tornou-se um

organismo obsoleto. Cinge-se a um órgão de coordenação dos serviços federais, quando o xadrez político faz coincidir a política federal com a estadual. Caso contrário, é um simples órgão decorativo de arrecadação e pagamento de funcionalismo, incapaz até de manter os serviços públicos tradicionais... Creio mesmo que se fôsse extinto, de súbito, não seria notada sua ausência senão pelos funcionários públicos. Os serviços públicos federais de educação nos grandes Estados quase não sofrem interferência política porque não têm grande significado econômico para a região, diante dos recursos do próprio Estado. A sustentação dos funcionários públicos de confiança do governo federal no nordeste é muito mais difícil que no sul do País, onde eles passam despercebidos dentro de uma máquina administrativa muito mais importante que o serviço federal. Isto prova como os Estados do nordeste vivem em inteira dependência dos recursos distribuídos pela União. Assim, sendo, é natural, e facilmente se explica, a intensidade com que os políticos interferem até em serviços modestos como o da Campanha da Alfabetização de Adultos, desvirtuando o seu sentido e anulando sua atuação social. Não adianta acusar-nos de desonestos. Trata-se de um fenômeno social de suma gravidade que não será resolvido com o simplismo das campanhas de moralização ou pelos artigos dos jornalistas puritanos. O fato existe menos como uma realidade em si, que como sintoma de uma situação econômica irremovível com medidas. Seria, então, o caso de cruzarmos os braços e esperar que o nordeste venha a ser uma região de alta produtividade e auto-suficiente como muitas outras unidades da federação? Não. Creio que os meios de isolamento que se adotem deverão ser da mesma natureza básica do fenômeno social que perturba a Campanha e os demais serviços. Aceitar esta preliminar já seria meio caminho andado. É a atitude mais realista. Contra um fenômeno social mórbido temos que lançar uma "força social" poderosa capaz de anular seus efeitos. O código penal nunca resolveu, em País nenhum, o problema da criminalidade. É preciso encontrar dentro da própria organização social os elementos de resistência e lançá-los de forma atuante contra os fenômenos que se deseja combater. Sabe-se que há um isolamento entre as elites de produção e as elites políticas. Mas, ambas têm igual força social e respeitam-se mutuamente existindo um pacto de "não-agressão" entre ambas. Por que não utilizar as primeiras para neutralizar o prejuízo que as segundas causam à educação nacional?

#### 8. Aspectos ideológicos:-

Não somos autoridade no tema, mas o fato parece evidente até às pessoas que contemplan como simples observador. Creio que se pode dizer que a essência do "estado democrático moderno" evoluiu da simples "concessão de liberdades básicas" (como foi concebido pelo

los, teóricas da revolução francesa) para a incorporação do "estado social", não codificado, existente em toda sociedade humana. Percebe-se que o cidadão comum aceita a democracia como a crença de que o indivíduo, o homem anônimo, o cidadão, é capaz de se autogovernar. Que uma aldeia no mais longínquo sertão cearense tem os elementos básicos de governo, sem necessitar, em princípio, da interferência dos "iluminados" da metrópole para guiá-los na simplicidade primitiva de suas necessidades essenciais. Que o senso comum é suficiente para nortear o governo e que cada grupo social sabe o que lhe é fundamental. Que os homens entregues a si mesmos não se conduzirão a um suicídio coletivo. Parece-me esta a idéia básica da democracia. Contudo, nós agimos como se não acreditássemos nela. Não confiamos que exista, fora da classe burocrática, pessoas capazes de conduzir a máquina administrativa e de autogerenciá-la. Daí a centralização absurda que predomina nos serviços administrativos do País. Quase já possuímos uma "nova classe", que como aquela que nos descreve o autor iugoslavo, "usa o patrimônio nacional como se fosse seu e o esbanja como se fosse de outros". Não acreditamos que o homem comum possa participar plenamente dos órgãos de deliberação, deixando para os técnicos somente os problemas de realização. A democracia brasileira só poderá vir a existir realmente quando nos convenceremos de que os grupos sociais naturais ou tradicionais são a melhor forma de garantia do processo democrático e quando distribuímos o poder de deliberação por todos os órgãos representativos da sociedade. Por que o povo assiste à administração do País como se ela fosse feita "contra o povo" e não por "delegados do povo"? Porque o simples fato de periodicamente escolhermos "nossos representantes" é insuficiente para convencer o homem comum de que ele realmente é quem governa, no que, aliás, demonstra alto espírito crítico, pois, de fato, a "representação" é puramente simbólica. Eleito o deputado, escapa, por quatro ou cinco anos, ao povo qualquer poder de interferir na administração. E quem garantirá que neste período o nosso representante não defenderá interesses que não são absolutamente os nossos? Não estamos, com a tese, negando o direito de interferência do governo e dos órgãos técnicos. Não negamos que ao homem comum os técnicos devem apresentar as soluções mais econômicas, mais rápidas, mais seguras e mais eficientes. O que defendemos é o direito do povo participar da administração permanentemente. Existe um "iluminismo técnico" no País. Acredita-se que os burocratas têm habilidade especial em decidir o que é melhor para o povo. Daí a ausência completa dos órgãos sociais, nas deliberações que o poder público toma. Não creio que tal regime possa ser chamado de democrático. Felizmente, já se nota no País uma salutar reação. Este congresso já é uma prova de que estamos evoluin-

do. Necessário é, porém, termos a coragem de distribuir a responsabilidade das decisões com grande parte do povo, com as elites naturais, com os grupos sociais, fazendo todos participarem dos empreendimentos públicos. Este é o sentido básico de nossa tese: entregar a grupos sociais parte ponderável da deliberação, como fator de resistência às influências políticas em educação.

9 - Por que os órgãos de deliberação e participação existentes não tem atuado na vida pública convenientemente ?

Por que a Ordem dos Advogados não fiscaliza o exercício da profissão de seus auxiliares ? Por que os Centros Médicos não impedem o exercício ilegal da medicina ou as práticas ilícitas de seus associados ? Por que as organizações profissionais atuam somente no sentido irrestrito de defesa da classe sem cuidar de zelar pelo interesse da comunidade ? Contemplando fatos desta natureza quase se perde a crença de que os órgãos sociais poderão um dia dispensar os órgãos OFICIAIS de fiscalização. O Brasil mantém um dos mais vastos sistemas de fiscalização oficial cuja ineficiência é proclamada por gregos e troianos. Estamos diante de um dilema de natureza étnica ? É o brasileiro incapaz de se auto governar ? Creio que não. Copiamos de outros regimes democráticos somente o formalismo exterior das instituições, e ficamos basicamente autocratas. Não tivemos a coragem de entregar plenos poderes aos órgãos sociais que representam a forma social da democracia. Há uma desconfiança fundamental do governo nos homens brasileiros. A repugnância nacional por ex. pelo parlamentarismo, é um dos sintomas da crença de que o país entregue ao povo descambaria irremediavelmente para o caos administrativo. As associações de classes, aos órgãos sociais pedimos, p. exemplo, a fiscalização da administração onde o governo não poderia chegar com sua máquina fiscalizadora, já por incapacidade material e pessoal, já porque a intimidade do fenômeno não permite uma fiscalização de fora. Mas, ficamos nisto. Ora, como pedir a cidadãos comuns que se incompatibilizem com o meio social como simples agentes fiscalizadores ? Como pedirmos uma simples atuação de caráter repressivo, policial, normalmente antipatizada ? Se ao órgão a quem delegamos o poder de repressão entregássemos também a faculdade de distribuição de elementos socialmente desejáveis, poderia este órgão atuar como repressor porque teria à sua disposição elementos de "compensação" social pelas antipatias que criasse no ato de repressão.

Ou melhor: usaria o próprio poder distributivo como elemento tácito de repressão sem necessidade de recorrer normalmente à violência de cunho policial. Prestigiado pela dependência social dos elementos que fiscalizasse, este órgão teria sustentação psicológica para agir com determinação e eficiência na defesa da comunidade. Por que não se delega, p. ex. à Ordem dos Advogados os poderes para permitir ou proibir o exercício da profissão de advogado? Por que terá que ser o Ministério de Educação quem registre o diploma e lhe reconheça a validade? O que sobra, depois disto, como deliberação à Ordem? Simplesmente aceitar o "verdictum" do Magistério e inscrever o bacharel como associado. E quem pode garantir que são os funcionários do Magistério mais credenciados para fazer este reconhecimento? Por que seriam eles mais ~~honestos~~ honestos, mais meticolosos que um órgão de caráter social como a Ordem dos Advogados? O que existe, portanto, é uma desconfiança intrínseca do governo nos organismos sociais. Mas, isto será por acaso democracia? Governo do povo, PELO POVO e para o povo? E os burocratas são, por acaso, os únicos elementos tirados do povo e guindados ao poder capazes de decidir e fiscalizar?

#### 10 - Uma experiência valiosa:

Os homens que conceberam o funcionamento do FNEM deram um passo gigantesco em matéria de "descentralização" que irá ter ainda profunda repercussão no país. O Fundo Nacional de Ensino Médio é administrado pelo regime colegiado. Em cima o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, nos estados as COMISSÕES REGIONAIS, nas escolas as JUNTAS ESCOLARES. Infelizmente, a máquina burocrática com sua mórvida fome de controle, com a desconfiança tradicional da burocracia na honrabilidade do cidadão brasileiro e em particular nos educadores, aos poucos, insensivelmente, vai retirando a estes órgãos qualquer conteúdo de deliberação, tentando reduzi-los a simples instrumentos de fiscalização. É pedir de mais aos membros dos vários órgãos "que eles fiscalizem o patrimônio que o Estado distribui paternalmente". Por que alguém iria espontaneamente exercer este papel policial? A primeira concepção concedia às comissões regionais e direito de decidir, embora ainda timidamente, sobre a distribuição dos auxílios que o poder público concedia. Aos poucos ficou sua função reduzida, simplesmente, ao direito de "veto", este mesmo muito hipotético diante do regime político brasileiro. Uma grande iniciativa, pois, que começou criando tantas esperanças, foi absorvida aos poucos para dentro da rede burocrática e política, perdendo-se a oportunidade de verificar-se se o homem brasileiro, se pelo menos o educador brasileiro, estava preparado para se auto-governar.

Já com o SISTEMA DE BOLSAS DE ESTUDO ocorreu um fato muito diferente. Sendo impossível fiscalizar e aplicar diretamente os recursos destinados a este setor, não houve outro meio senão entregá-los aos agentes representativos dos grupos sociais. Os próprios órgãos regionais de controle (como as Inspetorias Seccionais) não conseguiam alcançar todos os rincões onde os recursos deveriam ser aplicados. Tivemos, pois, que criar as Comissões de Assistência Educacional em todas as localidades, em todos os municípios. E como funcionaram bem! Foi uma alegria para os responsáveis verem como as comissões municipais em sua grande maioria, tendo à mão os recursos do poder público para aplicar sob sua imediata e inapelável responsabilidade, fizeram-no com a mais absoluta honestidade e com rigor tão absoluto que, por vezes, necessitou a interferência do controle regional para abrandar o escrúpulo excessivo na seleção dos candidatos e na distribuição das bolsas de estudo. Cada caso foi analisado "in loco" e sob todos os seus aspectos humanos. Não era um órgão distante e neutro que poderosamente se fazia benigno. Era um grupo de cidadãos respeitáveis da localidade que, imbuidos da alta missão que desempenhava, analisava cada caso com o conhecimento de causa que só a vivência da comunidade poderia dar. É certo que faziam prevalecer o aspecto assistencial, atitude explicável diante da miséria reinante no meio em que atuam. A seleção intelectual ainda não foi compreendida como uma necessidade de defesa da comunidade, tornando-se, como é justo, um critério de segundo plano diante do quadro social de miséria das populações. Mas, ficou provado que se pode confiar no cidadão comum, quando se lhe dá verdadeiro poder de decisão, verdadeira capacidade de influir. A fiscalização estabeleceu-se como uma consequência natural de quem não deseja ver seus atos criticados. Realmente até hoje não apareceu uma crítica aos critérios de seleção .

11 - Aplicação dos critérios expostos à CAMPANHA DE ALFABRTIZAÇÃO DE ADULTOS:

- a) - Considerando que a situação da campanha, em alguns estados, é simplesmente lamentável.
- b) - Considerando que não possui M.E.C. e muitos estados da federação uma máquina de fiscalização tipo tradicional equipada para garantir, pelo menos, os aspectos exteriores da estrutura da Campanha.
- c) - Considerando que os educadores brasileiros vêm há muito tempo solicitando uma acelerada e progressiva descentralização dos serviços.
- d) - Considerando que há exemplos de que os órgãos sociais sabem e podem dar contribuição valiosa ao poder público quando são investidos de poderes reais de influir

- e) - Considerando que a influência política na Campanha é um fenômeno de caráter social explicável pelo meio.
- f) - Considerando que só uma força social poderosa poderá antepôr-se à poderosa influência política de certas regiões brasileiras.
- g) - Considerando que a democracia é a crença na possibilidade de o próprio povo se auto-governar.
- h) - Considerando que os órgãos sociais naturais devem participar do governo numa verdadeira democracia.
- i) - Considerando que uma "campanha", por definição, deve contar com a participação de todos os órgãos vivos da sociedade para ter êxito.
- j) - Considerando-se que os órgãos sociais deixam de participar da administração porque não sentem que nela estão realmente representados.
- l) - Considerando que é uma FORMA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS PARA A DEMOCRACIA fazer os elementos representativos da sociedade participar das deliberações de poder público.
- m) - Considerando que só sente responsabilidade na "fiscalização o órgão que participou da "deliberação".
- n) - Considerando que a administração centralizada tende a retirar a responsabilidade imediata aos agentes intermediários que atribuem as falhas do serviço a um órgão distante e abstrato sob o qual nenhuma influência podem ter.
- o) - Considerando que a entrega do serviço simplesmente às Secretarias de Educação não configura a "descentralização", pelo contrário confirma o sentido arbitrário pessoal já que o serviço perdendo o caráter de controle federal, não ganha as características de serviço estadual sob controle dos órgãos gerais de fiscalização.
- p) - Considerando que há uma elite nacional isolada da administração do país ansiosa por participar da condução dos empreendimentos públicos.
- q) - Considerando que o serviço de educação de adultos sendo uma campanha com caráter flexível dá ao poder público a oportunidade única de experimentar a forma de descentralização que os teóricos defendem para a educação brasileira.
- r) - Considerando que a experiência de dez anos, em certas regiões, aconselha uma mudança radical no processo de administração da Campanha.



- a) - Que a Campanha seja administrada em todos os seus graus por órgãos Colegiados.
- b) - Que haja um órgão central (nacional), órgãos regionais (independentes da divisão política do país) e órgãos municipais e distritais.
- e) - Que a estes órgãos sejam dados PODERES REAIS de deliberação em todos os seus graus.
- d) - Que a interferência da administração seja feita somente em forma de ASSISTÊNCIA TÉCNICA.
- e) - Que os recursos sejam postos à disposição destes órgãos diretamente os quais serão por eles aplicados dentro das condições locais.
- f) - Que seja preparada uma equipe DE SUSTENTAÇÃO da Campanha em forma de técnicos para dar assistência aos órgãos locais.
- g) - Que a experiência adquirida em cada região do país seja continuamente transmitida através de publicações, seminários e congressos.
- h) - Que haja um "bureau central de informação" destinado a divulgação dos resultados obtidos em cada zona.
- i) - Que se crie uma série de "compensações sociais" para os participantes dos órgãos de administração da campanha.
- j) - Que sejam entrosados na campanha os órgãos federais regionais como as Delegacias de Saúde e das Inspetorias Seccionais.
- l) - Que os recursos distribuídos, o número de localização das escolas sejam objeto de ampla divulgação para receber a fiscalização do povo.
- m) - Que haja tanta preocupação na preparação técnica do professorado quanto na Campanha em si mesma.
- n) - Que, no fim de cada período letivo, sejam reunidos em seminários regionais todos os participantes da Campanha.
- o) - Que se utilizem os inspetores federais de ensino como elementos de ligação e como base do sistema puramente administrativo.
- p) - Que se de cunho de festa coletiva à solenidade de instalação e encerramento das atividades escolares para chamar a atenção do povo para os trabalhos da campanha.
- q) - Que haja uma variação de salário dos professores em função de sua habilitação para determinar a necessidade de seleção ou análise do pessoal recrutado para a Campanha.
- r) - Que os agentes de estatística sejam convidados a colaborar na fiscalização da frequência, cabendo a eles atestar o funcionamento regular das escolas e cursos

s) - Que haja várias etapas sucessivas de integração do analfabeto em graus de extensão da Campanha de modo a alcançar os objetivos de EDUCAÇÃO.

t) - Que os órgãos regionais e locais tenham poderes de celebrar convênios com entidades locais para realizar os objetivos da campanha.

u) - Que se proíba a participação, nos órgãos de administração da campanha de políticos militantes.

v) - Que se determinem os grupos sociais naturais existentes em cada região e os componentes da elite local atuante para a escolha dos membros constitutivos dos órgãos de administração da Campanha.

13 - Sugestões para recrutamento dos elementos constitutivos dos órgãos locais:-

a) - Órgãos municipais:-

1. A paróquia. 2. O clube recreativo. 3. As associações profissionais. 4. as cooperativas. 5. As associações religiosas. 6. A associação comercial. 7. O Rotary Club. 8. O Lion's Club. 9. Associações Educacionais. 10. As instituições culturais (academias). 11. Associação caixeiral. etc. etc.

b) - A elite municipal:- 1. O vigário. 2. O juiz. 3. O promotor. 4. O médico. 5. O farmacêutico. 6. O bancário. 7. O comerciante. 8. O coleter. 9. A diretora do grupo escolar. 10. O telegrafista. 11. O chefe de estação. 12. O dono da irradiadora. 13. O dentista. 14. O advogado. 15. O prefeito. 16. O presidente da câmara. 17. O diretor do ginásio. 18. Os professores. 19. Os vereadores. 20. O agente de estatística. 21. O agente da companhia aérea. 22. O latifundiário. (donos de sítios) . 23. O proprietário da fábrica. etc. etc.

c) - Órgãos regionais:- 1. A Câmara. 2. O tribunal. 3. A Universidade ou faculdade. 4. O presidente dos sindicatos. 5. O presidente da FAREC. 6. O presidente da FACIC. 7. Associação Comercial. 8. Centro de Exportadores. 9. União das Classes Produtoras. 10. Federação das Indústrias. 11. Federação de Comércio. 12. Junta de Julgamento. 13. Senac. Senais. Sec. Sesi. 14. Presidentes dos Bancos. 15. Associação de Imprensa. 16. Associação de radialistas. 17. Rotary e Lion's. 18. Clubes recreativos. 19. Jockey Club. 20. Os diretores de estabelecimentos de Ensino. 21. Os órgãos estudantis dos três graus. 22. O Centro médico. 23. Ordem dos advogados. 24. Clubes e associações de classes. 25. Chefes de serviços federais. 26. Os chefes de serviços estaduais. 27. Os comandantes das corporações militares. etc. etc. etc....

d) - Orgão nacional:- 1. Representante de todos os serviços do M. EC. 2. Representante de todos os Ministérios. 3. Representantes das autarquias. Etc. (As instruções da Campanha já trazem longa lista de órgãos).

14- Conclusão:-

Que todas as forças sociais atuantes no momento sejam convocadas não só para opinar, mas para influir, e deliberar.